

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 545.691 - SC (2019/0341434-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : LOGAM TIBES DE SOUZA (PRESO)**  
**OUTRO NOME : LOGAN TIBES DE SOUZA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

## DECISÃO

O paciente alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Agravo em Execução n. 0004122-89.2019.8.24.0000, em que **foi mantido o indeferimento do pedido de ratificação da conta de liquidação de penas.**

De plano, saliento que, consoante entendimento consolidado neste Tribunal Superior, **não há óbice à utilização de habeas corpus quando, havendo lesão ou ameaça de lesão à liberdade de locomoção do paciente, tratar-se de matéria exclusivamente de direito e quando não houver a necessidade de dilação probatória.**

Todavia, urge consignar que o habeas corpus, conforme os limites a ele conferidos pela Constituição da República de 1988, volta-se à preservação do direito de ir e vir do paciente.

Dispõe o art. 5º, LXVIII, da CF/1988 que "conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder".

Nesse sentido, não é possível a utilização do *mandamus* quando a situação em análise não revelar a possibilidade de afetação do *jus*

# Superior Tribunal de Justiça

*deambulandi.*

*In casu*, o impetrante **pretende a impetrante a concessão da ordem para que o Tribunal a quo avalie a possibilidade de retificação dos prognósticos para concessão futura de benefícios.** Todavia, como bem salientado pela Corte de origem, "tratando-se de decisão relacionada tão só com os prognósticos da execução da pena, **cujos dados são meramente informativos e passíveis de alteração a qualquer tempo, seria descabida, em tese, qualquer insurgência quanto ao seu conteúdo**" (fl. 52, destaquei).

Nesse caso, portanto, não há que se falar em ameaça ao direito de ir e vir, **visto que não foi prolatada decisão com fulcro em suposto cálculo equivocado**, de maneira que não é cabível a impetração de habeas corpus na hipótese.

Trago à baila julgados desta Corte:

[...]

- A única pretensão deduzida no *mandamus* é a concessão do indulto na pena de multa. Ocorre que é pacífico o entendimento desta Corte Superior de que não é cabível o uso do remédio heroico quando não há qualquer ameaça ao direito de locomoção do paciente. Precedentes [...] (HC n. **325.967/SP**, Rel. Ministro **Ericson Maranhão** (Desembargador convocado do TJ/SP), 6ª T., DJe 15/9/2015).

[...]

1. Se não se vislumbra ameaça ao direito de ir e vir dos pacientes, torna-se inadequada a via estreita do habeas corpus [...] (AgRg no HC n. **230.566/PA**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 15/4/2014).

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Publique-se e intinem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

